

## XXI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA

Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)

### O “imperialismo total” de Florestan Fernandes e o “pós-nacional” de Celso Furtado: aspectos históricos-estruturais para a interpretação da crise contemporânea no Brasil

Carlos Henrique Lopes Rodrigues<sup>1</sup>

Vanessa Follmann Jurgfeld<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo retoma as interpretações “imperialismo total”, de Florestan Fernandes, e “pós-nacional”, de Celso Furtado. O intuito é a partir de alguns pontos convergentes na análise que esses autores fizeram das principais transformações econômicas depois da Segunda Guerra Mundial mostrar que alguns problemas centrais do Brasil atual – dependência externa, redução da autonomia do Estado e desenvolvimento interno desigual – foram determinados historicamente. E, em grande medida, se aprofundaram nos anos mais recentes com o neoliberalismo. Na primeira parte, o artigo traz os principais argumentos do “imperialismo total” e do “pós-nacional”. E em seguida debate a consolidação do neoliberalismo no Brasil, uma vez que este se apresenta como um marco do acirramento dessas características, impossibilitando um projeto de desenvolvimento com bases nacionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imperialismo total; Pós-nacional; Desenvolvimento

**ABSTRACT:** This article returns to the interpretations “total imperialism”, from Florestan Fernandes, and “post national”, from Celso Furtado. Within this point of view, the objective of this paper is to show some convergences in their theories after II World War and to analyze how some of the main contemporary problems of Brazil – external dependency, non-State autonomy and unequal internal development – have been historical settled. The intent is also to discuss how those problems has gone deep during recent years with the neoliberalism. Firstly, this article discuss the main arguments of “total imperialism” and “post national”. After that, it debates the consolidation of neoliberalism in Brazil, considering that it represents the most important element to intensify the characteristics above, impeding a national development project.

**KEYWORDS:** Total imperialism; Post National; Development

**Área Temática 2:** História Econômica e Economia Brasileira

**Submetido às Sessões Ordinárias**

---

<sup>1</sup> Professor do curso de Ciências Econômicas da UFVJM e doutorando em Desenvolvimento Econômico na UNICAMP. E-mail: [chlrodrigues@yahoo.com.br](mailto:chlrodrigues@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Professora do curso de Ciências Econômicas da UFVJM e doutoranda em Desenvolvimento Econômico na UNICAMP. E-mail: [vfollmann@hotmail.com](mailto:vfollmann@hotmail.com)

## 1. Introdução

Florestan Fernandes e Celso Furtado trazem elementos essenciais para se entender as contradições históricas que se inserem na formação do Brasil contemporâneo. O resgate das interpretações “imperialismo total”, de Florestan, e “pós-nacional”, de Furtado, mostra não só as principais mudanças no capitalismo do pós-Segunda Guerra Mundial como também explicita como o país, principalmente, entre os anos 50 e 80, se insere neste contexto, atuando para servir aos interesses de uma minoria privilegiada, deixando de lado desde então a construção de uma nação a partir de um projeto de desenvolvimento nacional.

Este artigo não tem a pretensão de abordar tudo que foi exposto em diversas obras por esses dois intelectuais e comparar suas análises e proposições, mas pretende trazer para o debate atual algumas das ideias do “imperialismo total” e do “pós-nacional”. A intenção é a partir desses dois marcos teóricos do século XX buscar elementos históricos e estruturais para a interpretação da crise contemporânea no Brasil.

Há pontos de contato na análise que esses autores fazem a partir do pós-Segunda Guerra Mundial. Entre os aspectos que podem ser elencados estão: as interpretações sobre a redução da autonomia do Estado para manejar políticas econômicas em prol da nação; o problema da tutela dos Estados Unidos desde o pós-Segunda Guerra Mundial sobre os países subdesenvolvidos como o Brasil; o avanço de uma industrialização dependente, ancorada nas grandes corporações transnacionais; a manutenção do desenvolvimento desigual interno e da estrutura heterogênea; e a impossibilidade de um projeto nacional de desenvolvimento<sup>3</sup> que vai se constituindo e se aprofunda com o passar dos anos.

Trazendo para a atualidade, a análise de Florestan e de Furtado permite apreender em maior densidade o significado e os efeitos de uma política econômica neoliberal no país, que se desdobram em uma política macroeconômica que não tem os interesses da maioria da população brasileira como os mais importantes, mas o rentismo; um agudo processo de desindustrialização relativa<sup>4</sup>; um aumento da sua vulnerabilidade externa<sup>5</sup>; um crescimento exponencial do endividamento público, que alimenta o circuito financeiro do capital mundial; e a impossibilidade de que o Estado seja um agente que direcione os meios e controle os fins do desenvolvimento.

---

<sup>3</sup> Estamos colocando a impossibilidade de um projeto de desenvolvimento nacional como derivada das leituras tanto de Florestan Fernandes (2005) quanto de Celso Furtado (1974; 1983). Embora em Florestan Fernandes isso esteja mais claramente identificado, em Furtado temos ao longo da sua obra a ideia de possibilidade de superação do subdesenvolvimento presente até a sua morte, em 2004. Porém, apesar dessa esperança, alguns de seus livros mostram quão mais consciente ele estava da distância que se ampliava para isso, de fato, ocorrer.

<sup>4</sup> Sobre desindustrialização relativa, ver: Cano (2012; 2014).

<sup>5</sup> Sobre vulnerabilidade externa, ver: Gonçalves (1999), Cap. 1.

Entende-se a crise atual como uma crise de sobreacumulação do capital em escala mundial<sup>6</sup>, ancorada nas mudanças advindas do pós-Segunda Guerra Mundial e do fim dos acordos de Bretton Woods em 1971-73. Essa transformação histórica do sistema capitalista mundial, pela qual passa a prevalecer a lógica do capital financeiro, obviamente tem efeitos sobre o Brasil. O país não só passivamente é absorvido pelas mudanças impostas pelo sistema na sua totalidade, como também tem um papel ativo de sua política econômica, na mesma direção de satisfação do rentismo.

Pelo “imperialismo total”, Florestan Fernandes mostra que a partir da associação das burguesias brasileiras com o capital internacional caracteriza-se o capitalismo monopolista e a industrialização pesada no Brasil, no pós-Segunda Guerra Mundial. Isto significa que desde então as burguesias brasileiras optam pela associação subordinada com o capital internacional, tendo como desfecho a revolução burguesa brasileira, sem resolver o problema democrático e com baixíssimo teor nacionalista. Isso caracteriza, para Florestan Fernandes, a configuração de um capitalismo dependente, que acirrará a dependência externa e consolidará desde então um Estado autocrático-burguês no contexto da contrarrevolução permanente, a partir do Golpe Civil-Militar, que fortalece as características intrínsecas dessas burguesias que são: antissocial, antidemocrática e antinacional.

Na interpretação de Florestan Fernandes, o desenvolvimento interno desigual é acentuado – mesmo que com elevado crescimento econômico como no período denominado “milagre econômico” (1968-1973). Mantém-se parte da economia pré-capitalista ou subcapitalista, com trabalhadores nesses setores com um nível muito baixo de renda ou proteção social, atuando em atividades extremamente lucrativas para essas burguesias brasileiras e, na outra ponta, setores ultramodernos para atender aos interesses das empresas transnacionais. Perpetua-se, portanto, uma estrutura produtiva heterogênea, que tende à sua reprodução.

Essas burguesias brasileiras criam as condições para o desenvolvimento do mercado interno pleiteado pelas grandes empresas oligopolistas, com exclusão social e uma grande concentração de renda; colocam o Estado em benefício de seus interesses, por meio das empresas estatais, principalmente em setores de base, para atender a produção dessas empresas transnacionais, muitas vezes, dando a impressão de que o país estaria caminhando para um capitalismo autônomo e para a melhoria das condições de vida da população, mas, na verdade, seguia em outra direção, acentuando a dupla articulação: dependência externa e desenvolvimento

---

<sup>6</sup> Por crise de sobreacumulação entende-se que esta é uma situação em que há um volume significativo de excesso de capital na economia, o qual não pode ser investido, no setor produtivo, à taxa média de lucro normalmente esperada pelos proprietários do capital. Ver: Mészáros (2009).

interno desigual. Por isso, para Florestan (1975), a aceleração do desenvolvimento capitalista apenas estaria aprofundando a dependência e agravando o subdesenvolvimento no Brasil.

Já Celso Furtado entende a reorganização do sistema capitalista após a Segunda Guerra Mundial como o início do capitalismo “pós-nacional”. O termo é utilizado por ele para demonstrar que a tomada de decisões e, conseqüentemente, o poder de uma nação em particular deixa de estar circunscrito à esfera do Estado Nacional e das indústrias locais e se desloca para as empresas transnacionais, em grande expansão pelo globo. Trata-se de uma fase de grandes transformações estruturais, sob comando da hegemonia norte-americana no mundo (FURTADO, 1977; 1981; 1992).

A partir deste período, fica evidente que as estratégias econômicas e políticas de várias nações tanto centrais quanto periféricas agora passam a estar subordinadas às grandes empresas transnacionais. O poder que essas empresas adquirem – muitas vezes seus recursos são superiores às reservas de diferentes bancos centrais – faz com que dominem os Estados Nacionais para que estes sigam a sua racionalidade mercantil. Na periferia do sistema, onde constroem novos espaços de acumulação, esse processo, contudo, é ainda mais acentuado do que nos países centrais, considerando que neste caso há nações ainda em construção – como o Brasil – e o processo de industrialização se apoia fundamentalmente nas atividades das transnacionais, com pouca autonomia do país para direcionar os meios e controlar os fins do desenvolvimento.

Em 1964, ano do golpe civil-militar, Furtado considera que o Brasil paralisou seu “desenvolvimento político”, teria retrocedido, e se tornara “um país de difícil governabilidade, que destrói recursos escassos e acumula problemas de forma alucinante” (FURTADO, 1992, p.75).

A partir dos anos 70 fica claro para Furtado que a fratura do subdesenvolvimento se faria mais deformante com o aprofundamento da “crise da civilização” que se propagava pelo mundo. Uma série de transformações está na base dessa interpretação: ruptura do padrão de acumulação mundial, com o fim do Bretton Woods; choques do petróleo; crise americana e, posterior, retomada da sua hegemonia; crise da dívida externa dos países periféricos nos anos 70; e início do neoliberalismo no globo entre 70 e 80, com as regiões subdesenvolvidas aderindo a essas proposições a partir de então, e onde permanecem ao longo dos anos 2000.

Feitas essas breves considerações como introdução, o artigo tratará com mais detalhes o “imperialismo total” de Florestan Fernandes e o “pós-nacional” de Celso Furtado. Em seguida, a partir deste legado, será realizada uma discussão sobre a consolidação do neoliberalismo no Brasil, abordando alguns de seus principais desdobramentos na crise contemporânea.

## 2. Florestan Fernandes e o “imperialismo total”

No pós-Segunda Guerra Mundial, mais precisamente, na década de 1950, após a recuperação dos países europeus, principalmente da Alemanha e do Japão, há a expansão das filiais das empresas oligopolistas, através da internacionalização produtiva, para a América Latina<sup>7</sup>. Nesse processo, as burguesias periféricas atuaram para garantir internamente os interesses de valorização dos capitais produtivos dessas empresas, colocando tanto o Estado quanto as empresas estatais para esse fim. Essa etapa monopolista do capitalismo promoveu no Brasil mudanças significativas, principalmente em sua estrutura produtiva. Com o ingresso expressivo do investimento direto estrangeiro (IDE) houve o desenvolvimento das forças produtivas que resultou no aprofundamento da dependência externa e do subdesenvolvimento, nessa fase denominada de “imperialismo total”<sup>8</sup>.

Qualquer possibilidade de transformação nessas economias que desagradasse aos interesses do imperialismo sofreria imediato boicote por parte deste, uma vez que nos países periféricos não poderia haver alterações que comprometessem a drenagem do excedente econômico para as economias centrais.

Com a internacionalização produtiva, ocorre uma nova forma de intervencionismo por parte do Estado brasileiro, para dar garantias aos investimentos privados nacionais e estrangeiros, dado o elevado volume de inversões necessário para o tipo de indústria que estava se consolidando, além da necessidade de uma indústria de base para esses investimentos que ficavam sob responsabilidade das empresas estatais.

A dominação imperialista externa cresce (e não diminui, como se esperava) com a diferenciação e a aceleração do desenvolvimento capitalista; e, ao mesmo tempo, ela se redefine e se fortalece, agora, a partir de dentro, utilizando a base material quase inexpugnável que alcançara na organização do sistema econômico e manipulando as probabilidades de decisão inerentes à sua própria posição institucional<sup>9</sup> (FERNANDES, 2005, p.291).

Na segunda metade da década de 1950, “a economia brasileira já não concorre, apenas, para intensificar o crescimento do capitalismo monopolista no exterior: ela se incorpora a esse

---

<sup>7</sup> “Essas empresas trouxeram à região um novo estilo de organização, de produção e de *marketing*, com novos padrões de planejamento, propaganda de massa, concorrência e controle interno das economias dependentes pelos interesses externos. Elas representam o capitalismo corporativo ou monopolista, e se apoderam das posições de liderança – através de mecanismos financeiros, por *associação* com sócios locais, por corrupção, pressão ou outros meios – ocupadas anteriormente pelas empresas nativas e por seus *‘policy-makers’*” (FERNANDES, 1975, p.18).

<sup>8</sup> “O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc. [...]. Esse tipo de imperialismo demonstra que mesmo os mais avançados países latino-americanos ressentem-se da falta de requisitos básicos para o rápido crescimento econômico, cultural e social em bases autônomas” (FERNANDES, 1975, p.18).

<sup>9</sup> Essa situação justifica a afirmação de Florestan Fernandes, sobre os países da América Latina: “em larga medida, a discussão funda-se em conhecimentos que possuo de países economicamente mais avançados, nos quais a dependência é mais profunda e diferenciada e o subdesenvolvimento mais desenvolvido” (FERNANDES, 1975, p.115).

crescimento, aparecendo, daí em diante, como um de seus polos dinâmicos na periferia” (FERNANDES, 2005, p.299). A consolidação da indústria pesada no país ocorre devido à estratégia de internacionalização produtiva das empresas oligopolistas, com seus IDE se destinando aos países latino-americanos. O Brasil, nesse período, caracterizou-se como o maior receptor desses recursos.

Para Florestan, essa industrialização pesada que acentua a dependência externa tem início no governo de Juscelino Kubistchek e se aprofunda nos governos militares. As burguesias dependentes demonstraram assim total disposição em atender às demandas das grandes corporações, principalmente por meio da instrumentalização do Estado para tal fim<sup>10</sup>.

Não à toa, as classes privilegiadas no Brasil “passaram tão rapidamente, em 1964, da automobilização social para a ação militar e política, bem como o Estado Nacional foi posto a serviço de fins particularistas da *iniciativa privada*” (FERNANDES, 2005, p.312). O controle do Estado (concentração de poder político estatal) e a estabilidade política eram necessários para o capitalismo monopolista. Tal situação teve como resultado

que a restauração da dominação burguesa levasse, de um lado, a um padrão capitalista altamente *racional e modernizador* de desenvolvimento econômico; e, concomitantemente, servisse de pião a medidas políticas, militares e policiais, contrarrevolucionárias, que atrelaram o Estado nacional não à clássica *democracia burguesa*, mas a uma versão tecnocrática da democracia restrita, a qual se poderia qualificar, com precisão terminológica, como uma autocracia burguesa (FERNANDES, 2005, p.313).

Sob a fase monopolista, o capitalismo brasileiro não consegue romper com os problemas do passado e apresenta-se enquanto um país ainda mais dependente, cuja economia passa, cada vez mais, a ser induzida a partir de fora, em um processo de “satelização”, isto é, uma economia satélite em relação às economias hegemônicas centrais, “um desenvolvimento capitalista provocado na periferia pelas economias centrais e, portanto, extensa e profundamente induzido, graduado e controlado de fora” (FERNANDES, 2005, p.313).

Para a classe dominante brasileira, essa forma de associação subordinada com o capitalismo monopolista promove benefícios e vantagens cada vez maiores, desde econômicas a políticas, motivos pelos quais aderem incontestes a suas orientações e promovem uma forma excludente de organização dessa sociedade que atende aos seus anseios, além dos interesses das grandes corporações transnacionais e dos países centrais. O subdesenvolvimento se caracteriza enquanto um bom negócio para essa elite.

---

<sup>10</sup> “É conhecida a extraordinária importância estratégica do Estado, quer para o desenvolvimento capitalista na periferia, quer para um tipo de dominação burguesa que se singulariza pela institucionalização política da autodefesa de classe (para a preservação e ampliação de privilégios econômicos; para a política econômica posta calculadamente a serviço do alargamento da base material do poder burguês; ou para ambas)” (FERNANDES, 2005, p.311-312).

As possibilidades de se caminhar para um capitalismo com um certo nível de autonomia vão se tornando cada vez mais distantes da realidade, uma vez que nessa transição para o capitalismo monopolista o excedente econômico gerado internamente e os recursos naturais são exponencialmente apropriados pelas empresas transnacionais. Nessa fase monopolista, “o imperialismo torna-se o imperialismo total”<sup>11</sup>.

As Revoluções Burguesas “retardatárias” na periferia marcam um momento em que suas burguesias, para garantir a exclusividade do poder político e econômico, buscam se fortalecer cada vez mais e com isso promovem, na verdade, uma contrarrevolução. O controle político se torna uma condição *sine qua non* para essas burguesias. Por meio do Estado, elas atuarão com forte repressão, intransigência e força contra as demandas da outra classe social, além de poder calibrar a intensidade e o ritmo da inserção subordinada de acordo com seus interesses e as maiores vantagens que puderem auferir nessa relação com as empresas transnacionais.

Na fase monopolista, a dupla articulação se aprofunda devido, principalmente, à ampliação da dominação imperialista. Desta forma, não se pode alimentar esperanças de que uma industrialização pesada no país pudesse fazê-lo caminhar em direção a um capitalismo autodeterminado, já que não se rompeu com o desenvolvimento desigual interno e com a dominação externa.

Havia a possibilidade de as burguesias brasileiras atuarem diferentemente nesse processo, de forma que este levasse à ruptura com a dupla articulação. Contudo, essa “opção” não foi levada por elas em consideração, uma vez que se negaram a promover uma revolução democrático-burguesa que caminhasse no sentido da formação de uma nação com autonomia e participação popular diante as decisões política, econômica e social.

A maneira pela qual as burguesias brasileiras imprimem suas formas de dominação tem como desdobramento o desenvolvimento de um “capitalismo selvagem” e a sensação de que há dois tipos de nações dentro do país: de um lado, uma camada da sociedade privilegiada, com um nível de

---

<sup>11</sup> “Mais que sob o capitalismo competitivo, a drenagem agora se faz sob a estratégia da bola de neve: ela se acelera, se avoluma e se intensifica. Nesse sentido, até as atividades econômicas diretas do Estado nacional são satelizadas, pois são absorvidas pela estratégia externa de incorporação e por seus desdobramentos internos. E a iniciativa privada interna, em qualquer proporção significativa, da agricultura, da criação, da mineração, ao comércio interno e externo, à produção industrial, aos bancos e aos serviços, terá de crescer sob o influxo dos dinamismos e dos controles econômicos manipulados, direta ou indiretamente, a partir do desenvolvimento das economias capitalistas centrais e do mercado capitalista mundial. Chegou-se, pois, a um ponto em que a articulação no plano internacional tende a esgotar todos os limites. Sob o capitalismo monopolista, o imperialismo torna-se o imperialismo total. Ele não conhece fronteiras e não tem freios. Opera a partir de dentro e em todas as direções, enquistando-se nas economias, nas culturas e nas sociedades hospedeiras. A norma será: ‘o que é bom para a economia norte-americana é bom para o Brasil’ (e assim por diante) só que nunca se estabelecerão as diferenças entre a economia norte-americana (ou as outras economias centrais) e a economia brasileira. Nessa situação, o industrialismo e a prosperidade capitalista virão finalmente, mas trazendo consigo uma forma de articulação econômica às nações capitalistas hegemônicas e ao mercado capitalista mundial que jamais poderá ser destruída, mantidas as atuais condições, dentro e através do capitalismo” (FERNANDES, 2005, p.319-320).

renda e consumo extremamente altos e, de outro lado, uma camada da população miserável e com baixa inserção no mercado. Essa extrema concentração de renda é funcional para o tipo de indústria que estava se instalando no país, baseada em bens de consumo duráveis, principalmente automóveis.

As burguesias brasileiras atuavam de maneira “pró-imperialista”, criando condições para que a dominação externa se operacionalizasse e se intensificasse, mantendo, inclusive, formas de produção pretéritas que fortaleceriam o outro pé da dupla articulação, ou seja, o desenvolvimento desigual interno<sup>12</sup>. Esse processo de desenvolvimento que utiliza métodos arcaicos de produção mantém a heterogeneidade da estrutura produtiva do capitalismo dependente e funciona como um colchão amortecedor para as burguesias periféricas em momentos de crise no mercado internacional, situação na qual diminui o preço das mercadorias exportadas e consequentemente os lucros dessas burguesias. Nesse contexto, acirra-se a exploração sobre as formas arcaicas internas de produção<sup>13</sup>.

A classe dominante interna passa a ter clareza que a partir das mudanças do capitalismo monopolista e do “imperialismo total” o predomínio e a expansão de seus privilégios dar-se-iam por meio do fortalecimento da dupla articulação e não através de seu arrefecimento. Desta forma, todos os movimentos contrários à dependência externa e ao desenvolvimento interno desigual tinham que ser veementemente combatidos.

As burguesias utilizaram intensamente da tecnocracia e dos militares para coroar sua contrarrevolução e perpetuar a autocracia burguesa<sup>14</sup>. A militarização e a tecnocratização se transformam, assim, nos baluartes da dominação burguesa. Sem a ditadura militar e sem estratos

---

<sup>12</sup> “A dupla articulação faz com que vários focos de desenvolvimento econômico pré ou sub-capitalistas mantenham, indefinidamente, estruturas socioeconômicas e políticas arcaicas ou semiarcaicas operando como impedimento à reforma agrária, à valorização do trabalho, à proletarianização do trabalhador, à expansão do mercado interno etc. Ela também faz com que a especulação se desenrole num contexto que é antes quase colonial que puramente capitalista, em todas as esferas da vida econômica (embora com predomínio do setor industrial, financeiro; e do capitalismo urbano-industrial sobre o capitalismo agrário)” (FERNANDES, 2005, p.356).

<sup>13</sup> “As técnicas de produção anacrônicas e a conglomeração de formas produtivas heterogêneas representam, em si mesmas, um meio de defesa do ‘produtor’ (ou seja, do agente econômico que detém a propriedade das unidades produtivas e dos bens exportados). Conforme as condições, a combinação de modalidades de economia de subsistência com a produção para exportar pode constituir um mecanismo de transferência de pressões para os ombros do trabalhador. Nesse esquema, o proprietário-exportador consegue enfrentar fortes processos de descapitalização da ‘empresa’, do setor e até longas depressões da economia interna, em relativa segurança e com riscos limitados. [...] A articulação de formas de produção heterogêneas e anacrônicas entre si preenche a função de calibrar o emprego dos fatores econômicos segundo uma linha de rendimento máximo, explorando-se em limites extremos o único fator constantemente abundante, que é o trabalho – por bases anticapitalistas, semi-capitalistas ou capitalistas” (FERNANDES, 1972, p.51-52).

<sup>14</sup> “A impregnação militar e tecnocrática é uma resultante, embora seja uma resultante de caráter primordial e essencial. As classes e os estratos de classes burgueses só poderiam prescindir dessa impregnação se contassem com amplo apoio ‘vindo de baixo’, isto é, das classes operárias e das classes destituídas. Mas, se tivessem semelhante apoio, seria um contrassenso que empreendessem uma contrarrevolução modernizadora e regeneradora. Os ‘fatos duros’ revelam, porém, o contrário, que a reação autodefensiva da burguesia só podia atingir seu ponto de maturação e de eclosão sob forte e persistente impregnação militar e tecnocrática” (FERNANDES, 2005, p.395-396).



das burguesias controlando o Estado, elas não conseguiriam promover as transformações necessárias para manter sua posição privilegiada a expensas da exclusão da maior parte da população nesse processo e na afirmação do “consenso burguês”<sup>15</sup>.

As transformações ocorridas consolidam, portanto, o poder burguês e a sociedade de classes na fase do “imperialismo total”, que tem como resultado: a autocracia, a contrarrevolução, o autoritarismo, o privilégio e a exclusão. A dominação irrestrita do Estado, por parte dessas burguesias, é condição necessária para impor a dominação à sua maneira, através da repressão e do aumento das desigualdades sociais,

para o bem ou para o mal, é através do Estado, portanto, que essa ditadura de classe iria mostrar quais são os parâmetros políticos do modelo autocrático-burguês de transformação capitalista. Se as demais condições são mantidas ou se elas se alteram muito pouco, a ‘aceleração da burguesia’ (que é o efeito histórico da industrialização intensiva e da eclosão do capitalismo monopolista) só pode levar ao incremento e à agravamento das desigualdades econômicas, sociais e políticas preexistentes (FERNANDES, 2005, p.399).

Assim, essas burguesias brasileiras constituem um “Estado nacional sincrético”<sup>16</sup>, utilizando-o de maneira a defender exclusivamente seus privilégios contra a classe operária e os destituídos. E a favor daqueles considerados aliados: as burguesias das sociedades capitalistas avançadas. Destarte,

sem o controle absoluto do poder, que as classes burguesas podem tirar da constituição desse Estado, seria inconcebível pensar-se como elas conseguem apropriar-se, com tamanha segurança, da enorme parte que lhes cabe no excedente econômico nacional; ou, ainda, *como elas logram dissociar, quase a seu bel-prazer, democracia, desenvolvimento capitalista e revolução nacional* (FERNANDES, 2005, p.408).

Em síntese, Florestan Fernandes evidencia como o processo de Revolução Burguesa no Brasil que se encerra por meio de uma contrarrevolução significa colocar a economia brasileira cada vez mais a serviço dos interesses de uma burguesia cujo objetivo principal é auferir os maiores ganhos possíveis em sua relação dependente e subordinada com as empresas transnacionais. Assim, promovem as reformas necessárias para alcançar esse objetivo, mesmo que acirrando a dupla articulação.

---

<sup>15</sup> “O consenso burguês aparece como um consenso duplamente vinculado com as impulsões autocráticas da burguesia brasileira: por causa da estrutura da sociedade de classes; e por causa do caráter contrarrevolucionário assumido pela reação autodefensiva das classes e dos estratos de classe burgueses. Ele não só acolhe como endossa a militarização e a tecnocratização como processos de preservação e de consolidação do poder” (FERNANDES, 2005, p.397).

<sup>16</sup> “Esse Estado nacional não poderia nem deveria surgir na crista da Revolução Burguesa. No entanto, nas condições do desenvolvimento capitalista dependente, ele constitui uma exigência mesma dos ritmos históricos, sociais e políticos que essa revolução assume na periferia (dentro da Europa e fora dela). A industrialização que se atrasa, indefinidamente, no tempo, que se descola do desenvolvimento do mercado interno, da revolução agrária e da urbana, ou que se dá sem que tais processos adquiram certa velocidade e intensidade, e que se compensa e avança graças ao intervencionismo estatal e ao empuxo externo dos dinamismos do capitalismo mundial, fragmenta a Revolução Burguesa” (FERNANDES, 2005, p.407).

Destaca-se também que a tomada do Estado e o uso das empresas estatais no processo de industrialização não significaram que o país estivesse caminhando para um capitalismo autodeterminado. Pelo contrário, estava cada vez mais se direcionando para a intensificação da dependência externa, mesmo em períodos de crescimento econômico expressivo, que são necessários para essas burguesias brasileiras se legitimarem, uma vez que esses crescimentos permitem que uma parcela da população excluída consiga alguma inserção no mercado de trabalho e com isso amenizar as mazelas sociais, sem nenhuma mudança estrutural. Consequentemente, as possibilidades de uma mudança “dentro” ou mesmo “fora da ordem” diminuem.

### **3. Celso Furtado e o “pós-nacional”**

Celso Furtado utiliza o termo “pós-nacional” para caracterizar uma impossibilidade de coordenação por parte do Estado Nacional tanto em relação aos meios (racionalidade instrumental) quanto aos fins (racionalidade substantiva) do desenvolvimento econômico<sup>17</sup>. Isso porque as transformações estruturais da economia capitalista – em que pesa o aumento do poder das grandes corporações multinacionais também a partir da aceleração dos processos de concentração e centralização de capitais no pós-Segunda Guerra Mundial – reduzem a eficácia dos sistemas de decisão representados pelos Estados Nacionais (FURTADO, 1981).

A partir da lógica de acumulação das transnacionais, pode-se dizer que o espaço deixa de ser nacional para ser plurinacional. Há a repartição da produção cada vez mais flexível<sup>18</sup> em diferentes países e essas empresas removem as barreiras existentes para o fluxo de capitais (produtivo e financeiro) entre as nações. Entre os objetivos estratégicos que direcionam a maximização de lucro por essas empresas estão: 1) busca de eficiência, o que significa dar ênfase à tecnologia intensiva em capital; 2) busca de matérias-primas para abrir ao exterior o setor produtivo de minerais e

---

<sup>17</sup> Por racionalidade instrumental, podemos entender basicamente o padrão de acumulação, que tipo de técnica é necessária para uma sociedade avançar, se há um processo de acumulação forte ou fraco. Por racionalidade substantiva podemos entender qual é o seu fim. Para Furtado (1981, p.56), “os dois eixos em que se desdobra o processo acumulativo se subordinam, um, à racionalidade instrumental, aos critérios de eficiência, e o outro à racionalidade substantiva, aos fins que se propõe o homem individual e/ou coletivamente. Contudo não se deve perder de vista que o processo acumulativo é um só e que, tanto ao nível dos meios como dos fins da vida social, ele bebe na mesma fonte que é a criatividade”.

<sup>18</sup> Nas palavras de Harvey (1998, p.140), “a acumulação flexível como vou chamá-la é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de ‘compressão do espaço-tempo’ no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privadas e públicas se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado”.

combustíveis; e 3) abertura dos mercados financeiros, das telecomunicações, da eletricidade e da distribuição de gás (FURTADO, 1977).

O Estado Nacional, que na visão de Furtado deveria ter papel central no desenvolvimento socioeconômico, controlando os meios e os fins, aparece, desde então, como algo anacrônico, porque diminui o grau de arbítrio do poder político nacional no campo econômico, já que há uma dimensão transnacional do capitalismo que agora dita as regras<sup>19</sup>.

O período “pós-nacional”, não por acaso, é marcado pelo aumento dos processos de integração das economias centrais e periféricas; pela criação de uma superestrutura política internacional – como Fundo Monetário Internacional (FMI) e GATT (futura Organização Mundial do Comércio) –, que dá condições para que as transnacionais desfrutem de liberdade no sistema mundial, pois há o “desarmamento tarifário [e o] reforçamento da posição internacional do dólar (base do crescente mercado financeiro internacional)”<sup>20</sup> (FURTADO, 1977, p.80).

O “pós-nacional” ganha novos contornos especialmente a partir de 1971-73, com o rompimento dos acordos de Bretton Woods, fruto da crise de sobreacumulação do capitalismo, e com as crises do petróleo em 1973 e 1979 (FURTADO, 1976). A ruptura dos acordos de Bretton Woods resulta no fim do lastro dólar-ouro, permitindo assim que o dólar atuasse como moeda fiduciária e flexível, aumentando a liquidez internacional e fomentando a expansão de bancos e grandes corporações mundiais, principalmente por meio do euromercado. Já o primeiro choque do petróleo possibilita aos Estados Unidos ampliarem a liquidez internacional com a reciclagem de petrodólares e com isso iniciar um grande endividamento da periferia, que recorre à abundância de oferta de crédito externo a taxas de juros variáveis atrativas, dando força à exacerbação do capitalismo financeiro mundial. Esse contexto específico do petróleo, com a reciclagem de petrodólares, nas palavras de Furtado (1992, p.68),

permitiu a um grupo de países sem capacidade para absorver grandes recursos financeiros acumular de maneira precipitada enormes reservas sob a forma de certificados de depósito em bancos internacionais. O desequilíbrio provocado nas contas externas dos países cêntricos – quase todos eles grandes importadores de petróleo – levou-os a buscar por todos os meios o aumento de suas exportações. O esforço de abertura adicional das economias industriais, realizado em seguida à comoção do aumento do preço do petróleo, teve como contrapartida o incremento das importações dos países periféricos, assim como uma transformação do excesso de liquidez dos bancos internacionais em créditos sobre esses países. As economias subdesenvolvidas, que lutavam tradicionalmente com grande escassez de capital, encontraram-se repentinamente em face de uma oferta completamente elástica de recursos financeiros no mercado internacional a taxas de juros

---

<sup>19</sup> Furtado (1977) explica que essa dimensão transnacional significa que a “nova dimensão” da economia capitalista estava surgindo, principalmente, fora do controle direto dos governos.

<sup>20</sup> Bird, FMI e GATT foram criados no pós-Segunda Guerra Mundial para “ordenar” a economia internacional. O FMI operou principalmente como “um instrumento de controle, a serviço dos Estados Unidos” e tanto o FMI quanto o GATT foram “instrumentais na criação das condições que permitiram a emergência da nova dimensão transnacional do capitalismo” (FURTADO, 1977, p.80).

negativas. A conjunção de uma oferta de capitais sem restrições no plano internacional e do empenho dos países cêntricos em corrigir o desequilíbrio de suas contas externas – provocado pela brusca elevação dos preços do petróleo – explica a rápida acumulação de dívida externa por países que buscavam meios para intensificar seu crescimento ou simplesmente para elevar o nível de seus gastos.

Para Furtado (1992), neste período há uma complexa transição estrutural, com reacomodações nas relações entre os centros de poder mundial, tanto em questões políticas quanto econômicas. E ocorrem modificações tanto no nível da localização da produção quanto na apropriação do excedente. No centro dessas transformações há uma desordem do sistema monetário-financeiro, com importantes desequilíbrios, sobretudo, nas contas dos países periféricos.

Neste mesmo momento é quando dispara o endividamento externo da periferia capitalista, incluindo os países da América Latina, como o Brasil. Furtado (1983) também chamará essa fase de “nova dependência”<sup>21</sup>. Com ampla oferta de recursos internacionais, os países periféricos recorrem ao endividamento externo, que logo irá comprometer suas economias. É também quando há uma forte atuação, sobretudo do FMI, que acaba impondo o receituário de uma suposta saída da crise a essas nações.

Como solução voltada a favorecer os interesses capitalistas-rentistas, algumas economias periféricas recorrem, principalmente na década de 80, à abertura produtiva e financeira, especialmente pela pressão das transnacionais para que possam expandir sua atuação para toda a periferia, sem barreiras significativas. Com isso, ocorre uma perda de governabilidade nos países subdesenvolvidos. A partir de então, há uma nova rodada de vínculos das regiões desses países da periferia diretamente com o exterior em detrimento às relações inter-regionais. Esta fase representa concomitantemente uma maior perda de autonomia das políticas macroeconômicas dos países periféricos. Exacerbam-se as disparidades e as injustiças sociais, porque o poder de controle, coordenação e atuação do Estado é transferido para as multinacionais. Nas palavras de Furtado (1981, p.153),

em síntese, a crise econômica atual tem raízes em transformações estruturais da economia capitalista que vêm reduzindo a eficácia dos sistemas de decisão representados pelos estados nacionais. Ora, se os estados nacionais perdem poder de coordenação é porque as atividades econômicas e sociais já nem sempre podem ser compatibilizadas em função de objetivos nacionais. E isso porque parte dos recursos produtivos estão inseridos em subsistemas que se prolongam em outras economias nacionais e possuem uma lógica até certo ponto autônoma. Como esses subsistemas transnacionalizados controlam os setores mais dinâmicos da economia, toda tentativa de coartá-los redundará em perda de eficácia ou mesmo paralisia da economia nacional em questão.

---

<sup>21</sup>Ver: Furtado (1983).

Assim, pode-se dizer que o “pós-nacional” se assenta em controle: da tecnologia, das finanças, dos mercados, do acesso a matéria-prima não renovável, e do acesso à mão-de-obra barata pelas transnacionais. Como Furtado (1998, p.38) destaca:

Com o avanço da internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos, debilitam-se os sistemas econômicos nacionais [...]. A esfera econômica tende a ser crescentemente dominada pelas empresas internacionalizadas, as quais balizarão o espaço a ser ocupado por atividades de âmbito local e/ou informais. A importância relativa destas últimas definirá o grau de subdesenvolvimento de cada região: áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas estarão assim estruturalmente imbricadas numa compartimentação do espaço político que cristaliza as desigualdades sociais [...]. Na dinâmica desse sistema, prevalecem as forças tendentes a reproduzir a atual clivagem desenvolvimento/subdesenvolvimento.

Furtado (1998) chega a afirmar que os sistemas econômicos nacionais com grande autonomia, submetidos a choques externos apenas ocasionais, seriam coisa do passado, porque os mercados fundamentais – de tecnologia, de serviços financeiros, de meios de comunicação, de produtos de qualidade e mesmo de bens de consumo geral, sem falar nas matérias-primas tradicionais – operavam a partir de então unificados ou marchavam rapidamente para a globalização.

No Brasil, uma base importante para os desdobramentos do “pós-nacional” é a forma como se deu a industrialização no país. No quadro da industrialização dependente entendido por Furtado (1978; 2003), há uma inversão do que comumente ocorre nos países centrais, quando estes iniciam seu processo de industrialização. Ele mostra que o fator determinante da tecnologia utilizada na periferia é o grau de diversificação da demanda gerada por um restrito grupo que teve acesso indireto à civilização industrial. Isto é, aquilo que é produzido na periferia pelo seu limitado setor industrial se inicia pelas determinações de padrões de consumo do centro, aos quais uma restrita camada da população periférica passa a demandar. O processo de industrialização, neste caso, se torna um esforço de adaptação a uma demanda sofisticada, se desvinculando da estrutura social e produtiva pré-existente no país. Isso resulta em um sistema produtivo industrial com fraca capacidade de geração direta de emprego, que permanece estruturalmente ligado às economias mais avançadas, aos padrões de consumo vindos de fora, e cujos vínculos de dependência tendem a se reproduzir.

A industrialização dependente representa um processo de ocidentalização e de aliança entre elites locais com forâneas, que se uniram por meio de uma “pilhagem” dos recursos naturais. Isso fez e ainda faz com que o excedente social e econômico das economias periféricas permaneça em sua quase totalidade no exterior, ocorrendo uma difusão da industrialização de forma lenta ou totalmente frustrada nos países subdesenvolvidos. Quando ocorre, ela se faz sem que sejam

realizadas mudanças estruturais. Isto significa que há certa diversificação da produção industrial, mas com graves limites aos efeitos dessa industrialização para o todo da sociedade.

Na fase da entrada das transnacionais no país, a industrialização assumira a dupla forma de uma mera diferenciação do sistema produtivo e de implantação de empresas, cujo centro de decisões estava no exterior. Assim, à medida que avançava o processo de industrialização na periferia, mais estreito tendia a ser o controle do aparelho produtivo pelas firmas estrangeiras. A dependência, antes limitada à imitação de padrões externos de consumo mediante a importação de bens, a partir de então se enraizava no sistema produtivo, através de suas subsidiárias.

Outro marco no Brasil para o que Furtado denominou de “pós-nacional” se inicia com as reformas da ditadura militar, consubstanciadas, inicialmente, no PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo)<sup>22</sup>. Elas são os primeiros passos para que institucionalmente avance a financeirização no país. Resumidamente, após essas reformas, há nos anos 70 o vultoso endividamento externo em função da reciclagem dos petrodólares, que se complexifica com a alta dos juros nos Estados Unidos, que emprestavam dólares a taxa de juros baixa, porém flexível. Com a elevação dos juros, os recursos deixam os riscos mais altos, sobretudo da periferia, e migram para a segurança dos títulos norte-americanos. O aumento significativo nas taxas dos empréstimos externos tem efeitos perversos sobre os países subdesenvolvidos, que se deparam com a crise da dívida externa.

Durante a década de 80, o Brasil direciona a sua economia prioritariamente ao pagamento dos juros da dívida externa, uma vez que não decretou moratória e decidiu pagar os elevados juros, inclusive, com o Estado assumindo boa parte da dívida externa privada<sup>23</sup>, processo denominado “socialização da dívida externa”. Abandona-se neste período qualquer política econômica que tivesse como meta a industrialização, mesmo que dependente, como ocorria em momentos anteriores.

#### **4. Florestan Fernandes e Celso Furtado: aspectos contemporâneos da crise brasileira**

As interpretações acima expostas de Florestan Fernandes e Celso Furtado trazem aspectos históricos-estruturais em comum na análise da economia brasileira, como: 1) exacerbação da

---

<sup>22</sup> Entre as mudanças trazidas pelo PAEG podem ser citadas a introdução de títulos públicos, como as ORTN e LTN, a instituição da correção monetária e a criação dos bancos de investimentos, além da integração do sistema bancário brasileiro ao sistema bancário internacional. Ver mais sobre PAEG em: Furtado (1983), cap. 1.

<sup>23</sup> Como exemplo desse processo, temos a resolução 432 do Conselho Monetário Nacional, de 1977, por meio da qual, “qualquer devedor ao exterior poderia, a qualquer tempo, transferir ao Banco Central, em caráter temporário ou definitivo, o remanescente de sua dívida nas condições contratadas, desde que nele depositasse os cruzeiros correspondentes ao principal da obrigação na data. Foi o sinal para a estatização crescente da dívida privada, a um custo em dólares para o Banco Central equivalente ao *spread* arbitrado pelo credor e aceito pelo devedor originais – não raro, matriz externa e subsidiária interna de um mesmo banco, ou vice-versa” (TAVARES e ASSIS, 1985, p.70-71).

dependência externa do Brasil, mesmo após a industrialização, uma vez que esta se fez a partir de uma maior concentração de renda e ancorada nos interesses das empresas transnacionais; 2) ausência de um projeto Nacional, a partir de burguesias nacionais de fato e de um Estado promotor e articulador dos meios e dos fins do desenvolvimento, situação que se faz presente historicamente no Brasil e que fica mais evidente após os anos 60, tanto pelas mudanças mundiais preconizadas pelo pós-Segunda Guerra Mundial quanto pelas transformações internas dadas pelo golpe civil-militar de 1964; 3) redução da autonomia do Estado no sentido de este poder realizar política econômica em prol do desenvolvimento da nação, especialmente a partir da crise da dívida externa, pela qual fica clara a opção por alimentar o circuito do capital financeiro; e 4) continuidade do desenvolvimento desigual interno e da heterogeneidade estrutural.

Essas questões, em grande medida, se reforçam a partir do neoliberalismo no Brasil, tanto na sua fase de implementação, com a abertura produtiva, comercial e financeira no fim dos anos 80, quanto no período compreendido a partir de 1999, quando ocorre uma segunda fase, ainda mais severa do neoliberalismo, com a implantação do chamado tripé macroeconômico (regime de metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário). Neste momento, ficam mais evidentes problemas como: avanço da desindustrialização relativa, com perda de importância da indústria para o crescimento do país; aumento da vulnerabilidade externa, a partir do recrudescimento da dependência do capital estrangeiro de curto prazo para o equilíbrio do Balanço de Pagamentos; e política macroeconômica voltada ao interesse rentista. Esses problemas em conjunto demonstram quão impossível se tornou uma política de desenvolvimento nacional no país.

O neoliberalismo no Brasil representa, portanto, um marco do aprofundamento daquilo que Florestan Fernandes e Celso Furtado apontaram como dependência externa, diminuição de autonomia, desenvolvimento desigual interno e heterogeneidade estrutural, configurando as impossibilidades de um projeto de desenvolvimento nacional.

Com razão, Furtado (1998), ao analisar o contexto dos anos 90, escreveu que estava ocorrendo um aprofundamento do subdesenvolvimento com a globalização, pois constataria que o duplo processo de desemprego e exclusão social, por um lado, e, por outro lado, de concentração de renda, haviam se intensificado por todas as partes; e questionava os desdobramentos que o Plano Real então traria em termos de maior subordinação do país aos interesses estrangeiros e rentistas:

Em meados dos anos 90, com o Plano Real, o governo brasileiro mais uma vez fundou a política de estabilização (de preços e de câmbio) num crescente endividamento externo. Ora, todas as grandes crises brasileiras se iniciaram por problemas cambiais. Resta, portanto, saber se o terreno perdido nessa área essencial ainda poderá ser recuperado. *Ou se já é algo impróprio falar de sistema econômico com respeito ao Brasil* (FURTADO, 1998, p.45).

Para entender o neoliberalismo no Brasil, necessário se faz um retorno a alguns aspectos do início dos anos 80, para então adentrarmos os anos 1990, com a abertura econômica e financeira, o Plano Real, as privatizações e a implantação do tripé macroeconômico.

#### **4.1. Neoliberalismo no Brasil**

Com a crise da dívida externa no começo dos anos 1980, fruto da elevação da taxa de juros norte-americana, os países da América Latina, como o Brasil, que haviam se endividado significativamente na década anterior, voltam suas economias para o pagamento dessa dívida, por meio de geração de superávits comerciais.

A situação se agrava em setembro de 1982 com o pedido de moratória do governo mexicano. Os bancos privados reagem inviabilizando créditos novos aos países devedores. Estes foram direcionados para regiões onde a segurança era maior, apesar das taxas de juros serem menores. Nessas condições, o FMI atuaria nos países devedores da América Latina no sentido de garantir que estes honrassem seus compromissos com os credores internacionais.

A partir de 1983, o governo promoveu o “ajuste voluntário” e assinou cartas-compromissos com o FMI, em que o Fundo aplicava suas orientações e auditava as contas brasileiras para saber se o país estava ou não cumprindo com o que fora acordado, cujo objeto último era garantir o pagamento da dívida externa.

As cartas de intenções do FMI propunham, de um lado, aumentar a liberalização da economia, diminuir o protecionismo e subsídios, reduzir a presença do setor público, promover privatizações e eliminar distorções no câmbio; de outro, para conter a inflação, o aumento do salário dos trabalhadores deveria ocorrer abaixo da inflação, para eliminar o excesso de demanda, além de medidas econômicas recessivas para conter a expansão do mercado interno (SAMPAIO JR., 1988).

O FMI vai orientar a política econômica nacional no sentido de promover medidas que caminhassem em direção às reformas neoliberais, que alguns países vinham adotando, como a Inglaterra e os Estados Unidos, alterando as políticas econômicas nesses últimos países de orientação keynesiana desde o pós-Segunda Guerra Mundial<sup>24</sup>. Na América Latina, o Chile, após o golpe de 1973, é o pioneiro em introduzir as reformas neoliberais<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> Conforme Chesnais (1995, p.19), “as grandes operadoras financeiras procuram recuperar a total liberdade de movimentos que haviam perdido nos anos 30 e 40. Procuravam influenciar neste sentido sobre os governos mais dispostos a satisfazê-las, obtendo assim do governo Thatcher a liberalização total dos movimentos de capital em 1979 [...], bem como, do governo norte-americano (desde a era Carter), um amplo conjunto de medidas de desregulamentação, de desintermediação e de descompartimentação monetárias e financeiras”.

<sup>25</sup> “O Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos” (ANDERSON, 2008, p.19).



Para conseguir os saldos necessários por meio da balança comercial a fim de administrar os serviços da dívida remunerando os juros e as amortizações, o Brasil passou a adotar uma política econômica voltada para a sistemática transferência de recursos líquidos reais ao exterior<sup>26</sup>.

Os ajustes da economia brasileira ao longo da década de 1980 vão facilitar as reformas pautadas no Consenso de Washington. Nesse “Consenso”, a competência do Estado foi significativamente questionada e passou-se a admitir a falência do mesmo, visto como incapaz de formular políticas macroeconômicas. Consequentemente, seria necessário transferir essa grande responsabilidade a organismos internacionais, tais como o FMI e o Banco Mundial, além de promover a privatização das empresas estatais (BATISTA, 1994).

As mudanças na política econômica dos Estados Unidos forçavam os países periféricos a acelerarem as reformas neoliberais. Tais mudanças ocorreram, de acordo com Tavares e Melin (1997, p.61),

quando os Estados Unidos baixaram unilateralmente a taxa de juros de 20% para 4,5% no mercado monetário de Nova Iorque, [assim] verifica-se uma aceleração do crescimento e da globalização dos mercados futuros de juros e câmbio, com a saída de fundos de pensão norte-americanos em busca dos chamados 'mercados emergentes' da Ásia e América Latina.

Nesse movimento, os países da América Latina teriam que se ajustar para receber esses capitais financeiros e remunerá-los<sup>27</sup>. Para tanto, foi proposta a renegociação da dívida externa, sua substituição pelo Plano Brady. Acompanhada dessa renegociação, veio a imposição do Consenso de Washington.

Em 1989, quando Fernando Collor de Mello com o discurso e um comprometimento com a política neoliberal derrotou Luiz Inácio Lula da Silva, inicia-se a introdução oficial do neoliberalismo no país.

O programa apresentado, consubstanciado no chamado Plano Collor, pela primeira vez não se resumia – quando comparado aos outros planos de estabilização heterodoxos – simplesmente ao combate à inflação; era um programa de reformas estruturais do Estado e das relações deste com o setor privado e do capital com o trabalho, nos moldes da doutrina neoliberal: privatização, abertura comercial e financeira e ataque aos direitos sociais e trabalhistas – com a desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho e das relações trabalhistas (FILGUEIRAS, 2005, p.11).

---

<sup>26</sup> De acordo com Batista (1994, p. 23), as transferências da América Latina alcançaram, “entre 1982 e 1991, US\$195 bilhões de dólares, quase o dobro, em valores atualizados, do que os Estados Unidos concederam, como doação, à Europa Ocidental entre 1948 e 1952, sob o Plano Marshall”.

<sup>27</sup> “A periferia se transforma em campo de aplicação dos capitais especulativos [...]. Ainda, no caso da América Latina, a modernização proposta pelos Estados Unidos – através dos organismos multilaterais manejados pela potência hegemônica – implica transformar o continente num mercado cativo para as exportações americanas e num território de expansão para os seus capitais, concentrados, em geral, nas privatizações dos serviços de utilidade pública. Além disso, a capacidade fiscal do Estado vem se enfraquecendo sob o peso crescente do dispêndio com juros” (MELLO, 1997, p.162).

Após o *impeachment* de Fernando Collor<sup>28</sup>, seu vice Itamar Franco assumiu a presidência e Fernando Henrique Cardoso (FHC), o ministério da Fazenda. Ainda enquanto ministro da Fazenda, FHC foi responsável pela conclusão da renegociação da dívida externa brasileira, iniciada no governo Collor e intitulada Plano Brady<sup>29</sup>. Além de atender aos interesses dos credores internacionais, com essa renegociação FHC demonstrou para a comunidade internacional que esta podia confiar nele e apoiá-lo na disputa presidencial.

Em 1994, o então ministro da Fazenda anunciou um plano de estabilidade monetária conhecido como Plano Real. Este atendia às demandas internacionais, uma vez que o fluxo de capital financeiro que começara a emergir principalmente no início da década de 1990 exigia para continuar seu movimento aos países periféricos uma desregulamentação financeira e uma estabilidade econômica.

Destarte, um programa de estabilização macroeconômica era condição *sine qua non* para a elevação da entrada de capitais no mercado financeiro, principalmente para aquisição da dívida pública, que seria a grande responsável por fechar o Balanço de Pagamentos dos países tidos como “emergentes”. Isto é, não seria mais necessário manter um saldo significativo da Balança Comercial como acontecia na década de 1980.

O Plano Real foi um programa de estabilização apresentado em 7 de dezembro de 1993. Ele foi implementado em três fases, sendo a última em 1º de julho de 1994, com a introdução do Real enquanto moeda oficial<sup>30</sup>.

O governo, para manter a estabilidade da nova moeda, adotou uma taxa de juros elevada com o desiderato de atrair o capital financeiro, pois com a adoção da taxa cambial fixa<sup>31</sup> há a

---

<sup>28</sup> “Embora bem sucedido em iniciar a implementação do projeto neoliberal [...] o Governo Collor, aos poucos, foi perdendo o apoio das classes dominantes. Para isso, foi fatal o fracasso de sua estratégia de estabilização dos preços – que desembocou numa recessão econômica brutal, com a redução do PIB em 4% em 1990 e taxas de desemprego recordes, que praticamente dobraram entre 1989 e 1992. Some-se a isso, a sua incapacidade (congenita) em arbitrar os distintos interesses das diversas frações do capital” (FILGUEIRAS, 2005, p.12).

<sup>29</sup> Apesar da retórica de que com a renegociação dessa dívida, a mesma seria diminuída, o que se constata é o contrário. De acordo com Carcanholo (2003, p.50), “o crescimento da dívida externa nos anos 90 é nítido, passando de um total de US\$ 115,5 bilhões em 1989 para US\$ 241,2 bilhões dez anos depois, um aumento de quase 109% na década. Os gastos com o serviço dessa dívida também mostraram um crescimento considerável de US\$ 24 bilhões no final da década de 80 para US\$ 62,8 bilhões ao término da década passada. Deve-se ressaltar, entretanto, que o serviço da dívida externa experimentou certo recuo no início da década de 90, muito por causa da renegociação da dívida externa nos moldes do Plano Brady encerrada em 1994. A partir desse momento, a trajetória de crescimento do serviço da dívida acompanhou a elevação do endividamento do país”.

<sup>30</sup> Na tentativa de conter a memória inflacionária, o Plano Real foi implementado em 3 fases, a saber: em primeiro lugar, o governo adotou um Programa de Ação Imediata, o PAI, que foi um mecanismo de equilíbrio orçamentário, pois o governo, com o fim da inflação, teria dificuldades em fechar suas contas e criou o FSE (Fundo Social de Emergência) e a IPMF (Imposto Sobre Movimentação Financeira), sendo o FSE o responsável justamente de tirar recursos da área social, garantido pela constituição de 1988, para o governo manejar da maneira que quisesse. A segunda fase consistiria na criação de um mecanismo original de transição, um índice único e obrigatório de indexação que restituiria a função de unidade de conta da moeda, assim criou-se a URV. A terceira fase seria responsável pela restauração das duas outras funções da moeda, ou seja, a de servir como meio de troca e reserva de valor, assim ocorreria a transformação da URV em Real (OLIVEIRA, 1996).

necessidade de intervir no mercado ofertando dólares sempre que se aventa a possibilidade de desvalorização da moeda<sup>32</sup>.

A política econômica promoveu um aumento considerável da dívida pública, em função da excessiva emissão de títulos e da extraordinária taxa de juros. “O estoque de títulos públicos sob responsabilidade da União saltou de R\$ 62 bilhões no final de 1994 para um patamar superior a R\$ 674 bilhões em agosto de 2002” (SAMPAIO JR., 2005, p.299).

Além do endividamento público, há também o endividamento externo, uma vez que o governo é obrigado a contrair empréstimos através de pacotes do FMI, principalmente quando há algum abalo na Bolsa de Valores dos países ditos “emergentes” e o especulador em títulos públicos ameaça sair desse mercado<sup>33</sup>.

Após a introdução do Plano Real, houve uma “nova armadilha” para o crescimento econômico, pois quando a economia cresce, crescem ainda mais os déficits comerciais e de transações correntes. Em 1995, a balança comercial começou a ficar deficitária, em função da moeda sobrevalorizada e da abertura comercial<sup>34</sup>. Com a perda do superávit comercial, “todas as contas que compõem a balança de transações correntes tornaram-se negativas – à exceção das transferências unilaterais –, fazendo crescer rapidamente o déficit em transações correntes para valores próximos a 5% do PIB” (CARNEIRO, 2002, p.386).

Complementando as reformas propostas pelo Consenso de Washington, o presidente FHC promove as privatizações<sup>35</sup>, as quais objetivavam destinar ao capital privado empresas lucrativas a baixo custo, muitas vezes modernizadas, além disso, financiadas pelo próprio Estado com juros baixos, por meio de bancos de fomento, como o BNDES, que fora autorizado, em maio de 1997, a conceder empréstimos a grupos estrangeiros.

---

<sup>31</sup> Essa taxa de câmbio apesar de fixa era assimétrica, uma vez que a nova moeda não poderia ultrapassar o valor de um dólar, entretanto, não havia um limite para a valorização do real.

<sup>32</sup> “No primeiro governo, com a implementação do Plano Real, a lógica de valorização e a política econômica do capital financeiro se impuseram de forma cabal – com a estabilização monetária apoiada na valorização cambial e em taxas de juros elevadas, acompanhadas de desregulamentação e abertura comercial e financeira, privatização e desregulação do mercado de trabalho –, dando continuidade ao programa de Collor” (FILGUEIRAS, 2005, p.13-14).

<sup>33</sup> “Essa permanente instabilidade – que acompanha o país desde a crise do México em dezembro de 1994 e que se evidenciou sucessivamente e de forma cada vez mais crítica, nas crises da Ásia em 1997, da Rússia em 1998, do próprio Brasil em 1999, da Argentina em 2001 e, de novo, do Brasil em 2002 – está associada a uma grande dependência da dinâmica econômica brasileira para com o capital financeiro nacional e internacional, que se alimenta das altas taxas de juros pagas pelos títulos das dívidas interna e externa” (FILGUEIRAS, 2006, p.196).

<sup>34</sup> De acordo com Carcanholo (2003, p.50), “a estratégia de abertura, potencializada pelos efeitos da sobrevalorização cambial da segunda metade da década, levou a um processo de *stop and go* na trajetória de crescimento do país. Qualquer melhora conjuntural que elevasse a renda nacional provocaria aumento da demanda por importações, agravando o déficit em transações correntes e definindo a necessidade de reduzir esse nível de renda. A variável-chave para isso sempre foi a taxa de juros que, mantida em níveis elevados, conseguiu não só reduzir o nível de renda a patamares condizentes com a restrição externa, mas também manter o fluxo positivo de capitais externos”.

<sup>35</sup> “O processo de privatização realizado no primeiro governo FHC (1995-98) foi extraordinário, segundo quaisquer padrões históricos, inclusive internacionais” (GONÇALVES, 1999, p.142).

O discurso corrente era o de que a crise da década de 1980 teria ocorrido, em grande medida, devido ao excesso de participação do Estado na economia e a solução estaria na “redução da presença do Estado, a redução dos gastos públicos, e a passagem de toda atividade econômica estatal para o setor privado: Estado mínimo e mercado livre” (LESBAUPIN e MINEIRO, 2002, p.29).

Apesar da justificativa de que as privatizações ajudariam o governo a diminuir o endividamento público, o que se observa é que os gastos para modernizar essas empresas, antes de privatizá-las, muitas vezes são maiores do que as receitas com suas vendas<sup>36</sup>. Os estudos de Biondi (2001) demonstraram que o dinheiro arrecadado com as privatizações, mais as dívidas transferidas, totalizaram R\$ 85,2 bilhões. Em contrapartida, o dinheiro que não entrou ou que saiu dos cofres do governo alcançou a cifra de R\$ 87,6 bilhões. Além do que, “na carta de intenções que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, entregou ao FMI, inconscientemente, o governo confessa que o equilíbrio das contas do Tesouro ficou mais difícil porque o governo deixou de contar com os lucros que as estatais ofereciam” (BIONDI, 2001, p.39).

Destarte, além das privatizações não terem diminuído a dívida pública, que aumentou significativamente no período, os investimentos em infraestrutura tiveram uma grande redução, pois os mesmos eram realizados, em sua maior parte, pelas empresas estatais, uma vez que as inversões exigiam muito capital e o prazo de maturação desses investimentos era longo.

Com o aumento da dívida pública<sup>37</sup>, a deterioração da balança comercial e o elevado déficit em transações correntes, no início do segundo mandato do presidente FHC há uma desvalorização cambial como tentativa de reverter o déficit da balança comercial e diminuir o déficit em transações correntes. Essa desvalorização redundou em uma fuga de capitais aplicados em títulos públicos,

---

<sup>36</sup> Como exemplo, temos, de acordo com Aloysio Biondi (2001, p.35), o caso das telecomunicações: “[...] em 1996, o governo duplicou os investimentos nas teles, alcançando 7,5 bilhões de reais, chegou aos 8,5 bilhões de reais em 1997 e investiu mais 5 bilhões de reais no primeiro semestre de 1998, totalizando, portanto, 21 bilhões de reais de investimento em dois anos e meio”. Com esse investimento, já “no primeiro semestre de 1997, a Telebrás ainda era uma empresa estatal. Mas seu lucro deu um salto de 250%, passa para 1,8 bilhão de reais [...]. Não houve ‘milagre’ algum, pura e simplesmente o governo havia, finalmente, começado a eliminar o congelamento das tarifas dos serviços das estatais atualizando-as. Bastou dar início aos reajustes negados durante anos, enquanto a inflação continuava a aumentar os custos das estatais, para a situação se inverter e os lucros dispararem. Sem privatização” (BIONDI, 2001, p.45). Mesmo assim, o governo privatizou o sistema Telebrás. Segundo Biondi (2001, p.33), “[...] quando as teles afinal foram vendidas por 22,2 bilhões de reais, os meios de comunicação trombetaram o tempo todo que o governo usara aquela ‘dinheirama’ para reduzir a dívida ... Continuavam a esconder que na verdade, o governo só recebera 40% desse valor – 8,8 bilhões de reais. (De fato, receberia menos ainda, considerando que o governo financiaria por meio do BNDES, 50% da entrada)”.

<sup>37</sup> “A dívida pública, apesar da aprovação da chamada ‘Lei de Responsabilidade Fiscal’ e da obtenção de elevados superávits fiscais primários (R\$ 165,4 bilhões acumulados), chegou a R\$ 881 bilhões, passando de 41,7% do PIB em 1998 para 56,5% ao final de 2002” (FILGUEIRAS, 2005, p.17-18).

amenizada pelos empréstimos concedidos pelo FMI<sup>38</sup>, aumento da Taxa Selic e dolarização de parte dessa dívida, como exigência dos credores, em virtude de possibilidades de mais desvalorização do câmbio<sup>39</sup>.

Além disso, em 1999 o governo libera recursos para o setor bancário com o Programa de Estímulo e Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER)<sup>40</sup> e o FMI, para garantir o pagamento da dívida, exige: i) metas de inflação; ii) superávit primário; e iii) câmbio flutuante. As metas de inflação eram (e ainda são) importantes para o investidor em títulos públicos saber qual é a taxa real de juros que obtém com sua especulação; o superávit primário garante que o governo economize para pagar os juros da dívida e o câmbio flutuante permite especular contra a variação cambial.

Ancorado nas ideias do Novo Consenso Macroeconômico<sup>41</sup>, o tripé macroeconômico significa que o país adota políticas neoliberais, como as recomendadas pelos organismos internacionais, sem que estes estejam explicitamente “governando” o país. O tripé macroeconômico funciona como uma tutela indireta dos interesses das economias centrais, em especial, do rentismo, que é a face mais “moderna” do capital transnacionalizado. O suposto foco no controle da inflação – que tem metas a ser seguida – faz com que todos os instrumentos de política macroeconômica se voltem a isso em primeiro lugar.

Desde que foi implantado o tripé macroeconômico, o país realizou anualmente resultados primários positivos<sup>42</sup>, o que significa que priorizou na sua cesta de recursos o pagamento de juros aos detentores de papéis da dívida pública. Tais recursos saíram do orçamento público, que nos

---

<sup>38</sup> Após a desvalorização cambial de 1999, o governo brasileiro incorreu em um empréstimo de US\$41,5 bi junto ao FMI, para amenizar a saída de capitais especulativos naquele período e, posteriormente, em função das crises internacionais, mais dois empréstimos: US\$15,6 bi em 2001 e US\$30 bi em 2002 (FILGUEIRAS, 2005).

<sup>39</sup> Quando o câmbio se valoriza ocorre o movimento contrário, os especuladores em títulos públicos prescindem da dívida dolarizada, pois os mesmos ganham com a valorização da moeda.

<sup>40</sup> Na análise de Sampaio Jr. (2005, p.298): “Toda vez que a economia ficava sob a ameaça de estrangulamento cambial, a dívida pública dava novos saltos, uma vez que, para desestimular a fuga de capitais, as autoridades jogavam os juros na estratosfera e socializavam os prejuízos do grande capital, estatizando o risco da desvalorização cambial e cobrindo os prejuízos dos empresários pegos no contrapé do movimento econômico. Um dos exemplos mais escandalosos dessa maneira de lidar com as crises é o famigerado PROER (auxílio aos bancos privados pegos no contrapé da desvalorização cambial de 1999), que consumiu aproximadamente R\$ 36 bilhões. A título de comparação, tal volume equivale a mais de metade do total dos investimentos da União nos oito anos de FHC e a mais do que todo o gasto médio anual de seu governo com saúde, saneamento, educação, cultura, habitação e urbanismo”.

<sup>41</sup> O Novo Consenso Macroeconômico defende o tripé macroeconômico (metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário) como solução mais adequada de política econômica, sobretudo em países periféricos como o Brasil. Essa vertente do pensamento econômico une aspectos das correntes: novo-keynesiano; novo clássico e ciclos reais de negócios. Sobre as ideias do Novo Consenso Macroeconômico ver: Blinder (1997); Blanchard (1997); e Bernanke; Mishkin (1997). Algumas críticas ao Novo Consenso estão presentes em Arestis; Sawyer (2008).

<sup>42</sup> Desde 1999, o país registrou superávit primário entre 1,90% e 3,79% do PIB. A exceção foi o ano de 2014, quando pela primeira vez teve déficit nesta conta. Sobre esta série histórica, ver: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/contas-do-setor-publico-tem-primeiro-deficit-da-historia-em-2014.html>>.

últimos anos comprometeu quase metade da sua verba com juros e amortizações da dívida<sup>43</sup>, em detrimento de investimentos em educação, saúde, saneamento etc. – áreas que recebem menos de 5% do orçamento cada uma. O país também colocou o câmbio a flutuar de maneira “suja”, com o Banco Central administrando a moeda, realizando compras ou vendas no mercado cambial, a fim de que a sociedade brasileira convivesse com o real valorizado em relação ao dólar durante anos. A explicação corrente dos diferentes governos que assumiram o país de 1999 a 2015 era de que havia necessidade de controlar a inflação de demanda (entendida como a causadora da pressão de preços) com a entrada de importações mais baratas do que os produtos nacionais, o que pressionaria os preços em geral dos produtos comercializados dentro do país para baixo.

A bem da verdade, a manutenção do tripé macroeconômico teve outros efeitos. A despeito de controlar a inflação, representou a redução significativa da produção industrial no país<sup>44</sup>, já que as burguesias brasileiras, na média, começaram a importar produtos prontos da China para revendê-los no país, deixando de fabricar produtos no Brasil, assim como as empresas transnacionais voltaram sua produção para a China. Ambas passaram a aplicar grande parte de seus excedentes no mercado financeiro, favorecendo, com essa prática, saldos negativos na Balança Comercial e impactando no Balanço de Pagamentos, ampliando a vulnerabilidade externa, uma vez que o país passou a depender mais do capital especulativo de curto prazo para o “equilíbrio” de suas contas.

O tripé representou, em síntese, uma redução ainda maior da margem de manobra do Estado nacional para a promoção de uma política macroeconômica autônoma. Assim, o país acentuou: a “especialização regressiva”<sup>45</sup>, ampliando a exportação de *commodities*<sup>46</sup>; a remuneração do capital financeiro, por meio de elevados superávits primários e altas taxas de juros; e a vulnerabilidade externa, dado o aumento da dependência ao capital estrangeiro.

## 5. Considerações Finais

A ideologia do neoliberalismo que impera no Brasil hoje é a negação do comando do Estado Nacional. É a primazia do mercado. Assim sendo, o neoliberalismo é a negação do desenvolvimento. Este marco histórico, portanto, tende a desarticular a possibilidade de se concluir

---

<sup>43</sup> Ver: <<http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/>>.

<sup>44</sup> Sobre o recente desempenho da produção industrial ver: <[http://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/2016/iedi\\_na\\_imprensa\\_20160218\\_emprego\\_industrial\\_cai\\_62\\_em\\_2015\\_aponta\\_ibge.html](http://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/2016/iedi_na_imprensa_20160218_emprego_industrial_cai_62_em_2015_aponta_ibge.html)>.

<sup>45</sup> Ver: Coutinho (1997).

<sup>46</sup> De acordo com Cano (2012, p.3-6), “os nefastos efeitos da década perdida, de 1980, e os decorrentes da instauração das políticas neoliberais, a partir de 1990, a queda da participação da indústria de transformação no PIB para a América Latina em seu conjunto foi grave: [...] Os dados entre 2008 e 2010 regridem, para cerca de 19% no México e na Argentina, e a mais aguda, a do Brasil, para cerca de 18% [...]. Com efeito, a participação do Brasil na produção da indústria de transformação mundial, que era de 2,8% em 1980, vai caindo, para 2% em 1990 e atinge em 2010 1,7%”.

o processo de formação do Brasil. Em termos concretos, isso é visto pela crise contemporânea nos seus desdobramentos sobre desindustrialização do país, pelo maior endividamento, pela fragmentação do território (onde as regiões voltam a se conectar diretamente com o exterior, através de exportações de *commodities*, por exemplo) e pela “tutela” internacional sobre a política macroeconômica, fiscal e industrial. Isso significa perda de poder do Estado sobre os fins e sobre os meios. E, portanto, uma fase de exacerbação do “imperialismo total”, de Florestan, e do que foi caracterizado como “pós-nacional” por Furtado.

O capitalismo financeiro globalizado, voltado ao rentismo, debilita o Estado, acirra a dependência e a vulnerabilidade externas e abala completamente a soberania nacional. Economias perdem qualquer controle sobre a sua política econômica; centros de comando da periferia ficam enfraquecidos; logo, a formação da economia nacional não se perspectiva mais, de forma que não há como haver políticas nacionais de fato. Trata-se, na verdade, das impossibilidades do desenvolvimento nacional.

O resgate de Florestan e Furtado ajuda a mostrar como historicamente foi construída a crise contemporânea. Esses autores apontaram os principais elementos de transformações do capitalismo global a partir do pós-Segunda Guerra Mundial bem como mostraram as “adequações” do Brasil às novas configurações mundiais, desde os anos 50. Em certa medida, alguns de seus escritos apontavam para o acirramento dos problemas do Brasil em anos mais recentes, com o neoliberalismo. Furtado, por exemplo, tratava o fim dos anos 90 já como uma crise da civilização e dizia sobre a necessidade de deslocar o eixo da lógica dos meios a serviço da acumulação num curto horizonte de tempo “para uma lógica dos fins em função do bem-estar social, do exercício da liberdade e da cooperação entre os povos” (FURTADO, 1998, p.64).

Ao analisar as especificidades do Brasil, um país de passado colonial, escravocrata e de constituição da industrialização pesada na fase do capitalismo monopolista, tanto Florestan quanto Furtado já sinalizavam para o caráter dependente do país e o aumento da extroversão do excedente econômico com esse tipo de indústria instalada no país (as transnacionais).

Conforme resgatado no artigo, Florestan mostra como a fase da internacionalização produtiva promoveu uma industrialização que não tinha como objetivo resolver os problemas da sociedade brasileira mas, sim, garantir os interesses de valorização do capital no espaço nacional das empresas oligopolistas estrangeiras, além de manter e expandir a posição de superprivilegiamento da elite interna dominante, que apoiou incondicionalmente a industrialização com dependência externa e segregação social.

Para Furtado, chegou-se a uma situação, explicitada pela fase “pós-nacional”, na qual os interesses das transnacionais instaladas no país comprometeram a constituição do país enquanto

nação. O Brasil cedeu aos interesses de acumulação das transnacionais, tanto na esfera produtiva quanto na esfera financeira, mantendo uma estrutura heterogênea e de baixo nível salarial.

A crise da dívida externa e posteriormente o neoliberalismo vão, desta forma, exacerbar a extração de excedente no país, com pouca margem de manobra do Estado, uma vez que com a internacionalização financeira explicitada com o neoliberalismo o Estado perde, inclusive, a capacidade de manejar as políticas macroeconômicas nacionais. Estas, por sua vez, são estabelecidas por organismos internacionais diretamente ou indiretamente, como o FMI, cuja meta principal é, por um lado, garantir a valorização do capital produtivo das empresas oligopolistas no país, agora muito mais atreladas à exploração de *commodities* e, por outro lado, se certificar de que os pagamentos com juros das dívidas externas e públicas sejam honradas. Por fim, as burguesias brasileiras, por meio do Estado, vão mais uma vez garantir as mudanças necessárias para atender a remuneração do rentismo e dessas mudanças também se beneficiar. Sendo o Brasil um país satélite, as mudanças que ocorrem em nível internacional serão introduzidas internamente por uma burguesia que estabelecerá o ritmo e a intensidade dessas mudanças, de acordo com os maiores ganhos que puderem auferir com essa associação dependente e subordinada.

## 6. Referências Bibliográficas

- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. SADER, E. & GENTILI, P. (org.). 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- ARESTIS, P. SAWYER, M. New consensus macroeconomics and inflation targeting. In: *Economia e Sociedade*, v. 17, número especial, dezembro, 2008, p. 631-655.
- BAER, M. *O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- BATISTA, P. O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas Latino-Americanos. In: *Caderno Dívida Externa*. n. 6, PEDEX, São Paulo, 1994.
- BERNANKE, B.; MISHKIN, F. Inflation targeting: A New Framework for Monetary Policy? In: *Journal of Economic Perspectives*, spring, 11(2), 1997, p. 97-116.
- BIONDI, A. *O Brasil privatizado* (Edição Especial). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- BLANCHARD, O. There a core of usable macroeconomics? In: *The American Economic Review*, v. 87, n. 2, maio, 1997, p. 244-246.
- BLINDER, A. S. Is there a core of practical macroeconomics that we should all believe?. In: *The American Economic Review*. Vol. 87, No. 2, papers and proceedings of the hundred and fourth annual meeting of the American Economic Association, maio, 1997, p.240-243.
- CANO, W. A desindustrialização no Brasil. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, v.21, Número especial, dez 2012: 831-852.
- CANO, W. Desindustrialização e Subdesenvolvimento. In: *Textos para Discussão*, Instituto de Economia/Unicamp, 2014, disponível em <http://www3.eco.unicamp.br/publicacoes>.
- CARCANHOLO, M. D. A Década Mais que Perdida: vulnerabilidade e restrição externas no Brasil nos anos 90. In: *Economia-Ensaio*, Uberlândia, 17(2)/18(1): 87-102, jul. e dez./2003.
- CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise – A economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo, SP: Unesp/IE-Unicamp, 2002.



CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. In: *Economia e Sociedade*. Instituto de Economia da Unicamp, (5):1-30, dez.1995.

COUTINHO, L. G. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In: VELLOSO, J. P. R. (Org.). *Brasil: desafios de um país em transformação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e luta de classes na América Latina*. 9. ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*; prefácio de José de Souza Martins. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: *publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales..* CLACSO, Buenos Aires. Agosto/2006.

FILGUEIRAS, L. *Projeto político e modelo econômico neoliberal no Brasil: implantação, evolução, estrutura e dinâmica*. Mimeo, 2005.

FURTADO, C. *A Nova Dependência: dívida externa e monetarismo*. Editora Paz e Terra: São Paulo, 1983.

FURTADO, C. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, C. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. *Pequena introdução ao desenvolvimento – enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Ed. Nacional, 1981.

FURTADO, C. *Prefácio a nova economia política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FURTADO, C. *Raízes do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GONÇALVES, R. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

LESBAUPIN, I. & MINEIRO, A. *O desmonte da Nação em dados*. Petrópolis: RJ: Vozes, 2002.

MELLO, J. M. C. A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latinoamericana. Um prólogo em homenagem a Celso Furtado. In: *Economia e Sociedade*. Campinas: (9): 159-64, dez., 1997.

OLIVEIRA, G. *Brasil Real, desafios da pós-estabilização na virada do milênio*. São Paulo: Mandarin, 1996.

SAMPAIO JR., P. A. Desafios do momento histórico e lições do governo Lula. In: PAULA, J. A. (org.). *Adeus ao desenvolvimento – a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SAMPAIO JR., P. A. *Padrão de reciclagem da dívida externa e política econômica do Brasil em 1983 e 1984*. Campinas: 1988. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.

TAVARES M. C. & MELIN L. E. Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M. & FIORI, J. (org.) *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

TAVARES, M. C. & ASSIS, J. C. *O grande salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.